



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 99/18 – quarta-feira, 6 de junho

Jornal A Crítica

- Capa – 03
- Coluna Sim&Não – 04
- Coluna Poucas Palavras – 05
- Futuro ainda é incerto – 06

Jornal Diário do Amazonas

- Capa – 07
- Coluna Claro&Escuro – 08
- Corte no IPI de bebidas sem novas propostas – 09

Jornal Em Tempo

- Capa – 10
- Bancada não convence e volta sem solução – 11
- Setor eletroeletrônico registra crescimento – 12

Jornal do Comercio

- Capa – 13
- Capa – 14
- Coluna Follow-Up Empresarial: Insinuações e maledicência sob encomenda – 15
- Guaraná afetado por decreto anti-ZFM – 16
- Bancada perde queda de braço com Fazenda – 17
- Falta de integração limita coleta de dados – 18



GOLPE FEDERAL

ZFM: aceno de Temer era 'pegadinha'

Ministério da Fazenda não apresenta proposta na reunião com governador e bancada do Amazonas; decreto ameaça empregos. **PÁG. A8**

MP de Temer ameaça 100 mil empregos

A canetada do presidente Michel Temer que retira, via Medida Provisória, incentivos do polo de concentrados da Zona Franca de Manaus, ameaça 100.000 empregos diretos, indiretos e induzidos no Amazonas. A informação consta em estudo feito pela Suframa, atualizado no dia 1º de junho. Conforme a análise, a hipótese do fechamento do segmento de concentrados do PIM ocasionaria um efeito cascata na cadeia produtiva do setor e atingiria, por exemplo, a extração de guaraná e a produção de açúcar.

Especialistas O estudo da Suframa foi feito pela Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais e trata do “Perfil do Segmento de Concentrados do PIM”.

Negócio O levantamento diz que as empresas do setor faturaram R\$ 8,7 bilhões em 2017 somente “em decorrência da produção e comercialização de concentrados, extratos, xaropes, aromas, entre outros produtos”.

Nada feito 1 Alheio à ameaça que o Amazonas enfrenta, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, deu de ombros para a demanda da bancada federal do Amazonas. “Foi frustrante a reunião”, resumiu o senador Omar Aziz (PSD), sobre a reunião com Guardia.

Nada feito 2 Os parlamentares do Estado e o governador Amazonino Mendes (PDT) tiveram um encontro ontem com o ministro da Fazenda. “Eles (Ministério da Fazenda) não apresentaram nenhuma alternativa”, lamentou Omar.

Plano B Hoje, a bancada se reúne em Brasília para definir os próximos passos a fim de tentar reverter a MP de Temer. Uma das alternativas é a aprovação de um Decreto Legislativo que anula os efeitos da MP. A proposta, de iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), foi encaminhada para a CCJ do Senado ontem.

Barba de molho O papo telefônico que o prefeito Arthur Neto (PSDB) teve com Amazonino Mendes, no último

**poucas
palavras >>**

“Não se pode cobrir um santo descobrindo outro. Quero dizer com isto que não se pode tentar resolver um problema nacional colocando em cheque uma instituição tão importante para o desenvolvimento regional”.

Do governador Amazonino Mendes,
sobre a reunião frustrada de ontem com
o ministro da Fazenda.

REDUÇÃO TRIBUTÁRIA

Futuro ainda é incerto

Governo federal não apresentou propostas para reduzir impactos negativos na Zona Franca de Manaus

ANTÔNIO PAULO

antonio.paulo@acritica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) – Nenhuma proposta do governo federal foi apresentada para resolver os impactos causados na Zona Franca de Manaus (ZFM), com o Decreto 9.394/2018, do presidente Michel Temer, que reduziu de 20% para 4% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos concentrados de bebidas não alcoólicas. O governo do Amazonas, a bancada de deputados federais, senadores e os empresários do polo de refrigerantes saíram da reunião, realizada ontem na residência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ainda mais preocupados com a possibilidade de o governo Temer abrir um precedente e atacar outros setores do Polo Industrial de Manaus (PIM).

A manifestação indignada veio do coordenador da bancada amazonense, no Congresso Nacional, senador Omar Aziz (PSDB-AM). “Embora o governo não tenha proposta para apresentar, eu não fui à reunião para uma discussão sobre o polo de concentrados nem de percentual de alíquota. Fui, sim, para discutir o modelo Zona Franca como um todo que foi atacado de forma geral. Porque se a deixar esse precedente prevalecer, nós estamos arriscados ao ano que vem, se tiver uma nova crise, o governo tirar incentivo do polo eletroeletrônico, de duas rodas e de todos outros setores do Polo Industrial de Manaus”, alertou Omar Aziz.

O senador-coordenador disse ter



Políticos amazonenses e empresários saíram da reunião com a equipe de Temer decepcionados e preocupados

apresentado uma proposta objetiva. Para ele, se é para repor as perdas por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mantém-se o IPI da Zona Franca (em 20%, com crédito presumido aos empresários), e aumenta o imposto do engarrafador. “Poderá se pagar um pouco mais a cerveja, a cachaça, o refrigerante, mas temos que preservar o nosso polo”. Omar Aziz prometeu cobrar do presidente Temer a promessa de que o “limão (decreto 9.394) seria transformado em limonada doce”.

O subcoordenador da bancada, deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) disse que a reunião com

Saiba mais

>> Decreto Legislativo

Já está tramitando na Comissão de Justiça do Senado o Decreto Legislativo nº 57/2018, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que busca a suspensão do decreto do presidente Temer, que atingiu o polo de concentrados da Zona Franca de Manaus. Ontem, a sair da reunião com o Ministro da Fazenda, a senadora lamentou a falta de proposta do governo federal e disse que uma das saídas é aprovar o PDS nas duas Casas Legislativas.

a equipe econômica do governo foi improdutivo porque havia muitos políticos e muitas teses foram apresentadas, mas que não levaram a uma solução. Ele acredita que as negociações vão continuar e que até o final desta semana os técnicos do governo apresentarão alguma alternativa. “A compensação para os R\$ 0,46 do óleo diesel atingiu setores como a saúde, educação e o nosso polo de concentrados. Precisamos buscar uma saída para essa situação tão delicada”, disse Pauderney.

Também participaram da reunião o ministro da Fazenda, Eduardo Guarda, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

Ação jurídica pode ser a solução

O governador Amazonino Mendes participou da reunião com o Ministro da Fazenda e o Secretário da Receita Federal para encontrar soluções ao Decreto 9.394/2018. Diante da falta de proposta alternativa da equipe econômica, o governador do Amazonas vê como saída uma ação jurídica. Enfático nas prerrogativas legais (artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT), Amazonino disse que ninguém pode tirar as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus. “Não se pode cobrir um santo descobrindo outro. Quero dizer com isto que não se pode tentar resolver um problema nacional colocando em cheque uma instituição tão importante para o desenvolvimento regional”, disse o governador. Ele espera que Temer e seus ministros encontrem a solução antes que o Estado recorra a outras medidas legais.

O coordenador da bancada, senador Omar Aziz, também disse que pode haver uma ação judicial por parte do Amazonas, mas ele crê que antes dessa medida, haverá entendimento entre as partes envolvidas.

3/ POLÍTICA

UNIÃO ADIA SAÍDA PARA POLO DE CONCENTRADOS

Reunião sobre corte de incentivos de políticos do Amazonas com o ministro da Fazenda e o secretário da Receita terminou sem que o governo federal apresentasse uma alternativa à redução de benefícios

07



Governo federal deve saída para segmento do PIM

Acuado pela greve dos caminhoneiros e com desabastecimento geral do País, o governo de Michel Temer negociou com os representantes da categoria fragilizado tentando tapar um buraco abrindo outro para reduzir o preço final do diesel. Após o governo interferir na política de preços da Petrobras, cortar verbas de programas, sancionar lei que desonera a folha de pagamentos e reduzir incentivos para a indústria de concentrados de Manaus, prometeu uma alternativa para este último ato. Reunião foi marcada para esta terça-feira com o ministro da Fazenda Eduardo Guardia e o secretário da Receita Federal, Jorge Raschid, da qual participaram os membros da bancada do Amazonas e até o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Da reunião nada de concreto foi acertado com o governo federal e resta a alternativa legislativa, com decreto para barrar a medida, e mesmo judicial, contra a legalidade de mais um ato que feriu as garantias constitucionais do modelo local e cria instabilidade para investimentos no Polo Industrial de Manaus (PIM).



CORTE NO IPI DE BEBIDA SEM NOVAS PROPOSTAS

Frustração Reunião dos senadores e deputados da bancada amazonense encerrou-se sem que o governo federal apresentasse contra-proposta à redução do IPI de concentrados da Zona Franca

Intocabilidade Bancada do Amazonas defendeu a base constitucional dos incentivos do Polo Industrial

Divulgação

Beatriz Gomes
redacao@diarioam.com.br

Manaus

O governo federal ainda não apresentou uma alternativa para eliminar os efeitos negativos do Decreto 9.394 de 30 de maio de 2018 que reduz o crédito tributário do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 20% para 4% nos concentrados de refrigerantes produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM). Senadores do Amazonas e o governador Amazonino Mendes se reuniram com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, na Casa Oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, nesta terça-feira.

Para compensar a redução do PIS/Cofins e da Cide sobre o diesel, o presidente Michel Temer publicou um pacote de medidas de compensação para o orçamento do governo, entre elas, a redução do crédito tributário dos concentrados, o que renderá R\$ 740 milhões. Os senadores saíram da

"CASO SEJA POSITIVA, AVANÇAMOS, CASO NEGATIVA, VAMOS TENTAR VIA SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL OU POR MEIO DE DECRETO LEGISLATIVO PARA RESGATAR O DIREITO DA ZFM E A SEGURANÇA JURÍDICA DO SETOR"
Eduardo Braga senador (MDB).



reunião desapontados com a falta de propostas alternativas que garantam os benefícios fiscais de um dos principais setores do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Segundo o senador Eduardo Braga (MDB), a bancada do Amazonas e o governador defenderam os direitos constitucionais da ZFM, o que significa a 'intocabilidade' dos benefícios fiscais que pode abrir um precedente perigoso contra o modelo e as garantias da Constituição. "O ministro decidiu consultar formalmente a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre a constitucionalidade ou não do decreto

para, a partir de então, voltarmos a mesa de negociação com uma definição por parte do governo", disse. O ministro não adiantou nenhuma data para um novo encontro.

A partir da definição do governo federal, uma série de medidas pode ser tomada. "Caso seja positiva, avançamos, caso negativa, vamos tentar via Supremo Tribunal Federal ou por meio de decreto legislativo para resgatar o direito da ZFM e a segurança jurídica dos investimentos do setor", afirma Braga.

O senador Eduardo Braga disse que entrou com um decreto legislativo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para votação na Câmara dos Deputados, suspendendo a eficácia do decreto emitido por Temer.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) também deu entrada em um decreto na comissão para sustar a medida do presidente. "Ele (o ministro) falou das necessidades de conseguir dinheiro e o Rodrigo Maia também falou que o decreto é inconstitucional e já gera uma insegurança jurídica para a ZFM", disse a senadora. Segundo Graziotin, se o governo não buscar uma alternativa, dialogando com o se-

"A CONVERSA HOJE (TERÇA) COM O JORGE RACHID E O MINISTRO DA FAZENDA NÃO NOS DÁ UM ALENTO. O QUE FICOU ACERTADO FOI TOTALMENTE DIFERENTE. NÃO HAVIA PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL"

Omar Aziz senador (PSD)



tor, o Amazonas vai para a Justiça e o decreto legislativo vai ser votado. "Se isso acontecer, o Rodrigo Maia disse que vota (na Câmara)", afirmou.

Para o senador Omar Aziz (PSD), esse não é um problema do setor de concentrados, mas de todo o modelo ZFM. "Se abrimos mão desse critério, teremos que abrir mão de outros setores, temos que manter esses incentivos como estão, e o governo procurar uma alternativa para solucionar o problema do déficit que causou com a redução dos incentivos dada ao diesel", ressaltou. Para o senador, a conversa foi bem diferente da que aconteceu com o presidente

Michel Temer, na última sexta-feira, pelo telefone. "A conversa hoje (terça) com o Jorge Rachid e o ministro da Fazenda não nos dá um alento. O que ficou acertado foi totalmente diferente. Não havia proposta do governo federal", destacou.

Mesmo sem apontar uma solução, o deputado federal Pauderney Avelino acha que o governo federal vai procurar uma forma de compensar as perdas. "Não chegamos a discutir medidas alternativas porque infelizmente eram muitos políticos, e todos queriam colocar pontos de vista, e acabou não avançando, mas acredito que vai haver uma compensação", afirmou.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (ABIR), que possui 59 fabricantes associadas, nos últimos 30 anos, o setor se tornou um dos maiores exportadores da ZFM e foi responsável pelo recolhimento de R\$ 10 bilhões em impostos federais, estaduais e municipais e emprega diretamente 1,6 milhão de brasileiros. Somente no PIM são 9 mil empregos diretos.

REUNIÃO EM BRASÍLIA

Bancada do Amazonas esbarra na má vontade

A bancada amazonense não convence o ministro da fazenda, Eduardo Guardia, e o secretário da Receita, Jorge Rachid, a sustar o Decreto 9.943, que reduz o incentivo do IPI para o polo de concentrados, coloca em risco a ZFM.

Política 5

DIVULGAÇÃO



O presidente da Câmara, Rodrigo Mala, e o governador Amazonino participaram da reunião

Setor eletroeletrônico registra crescimento

Altas nos segmentos de TVs, eletroportáteis e linha branca foram anunciadas pelo novo presidente da Eletros, o amazonense Jorge Junior, após a posse

Joandres Xavier

Três segmentos do setor de eletrônicos apresentaram amplo crescimento na produção no último mês de março, com destaque para televisores, que cresceu 46%, seguido por eletroportáteis (20%) e linha branca (5%). Os dados foram apontados pelo novo presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), o amazonense José Jorge Júnior, que assumiu a entidade na manhã dessa terça-feira (5) em São Paulo (SP).

O resultado do setor foi na contramão da indústria como um todo, que registrou queda de 0,1% em março, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com dados anunciados pelo instituto, ontem, a indústria brasileira cresceu no último mês de abril 0,85% em relação a março.

"Na crise, as pessoas deixam de trocar o liquidificador, a batedeira e a geladeira. As pessoas não trocam ou não compram um novo. Nos primeiros meses do ano, as vendas da TV cres-

ceram, e as vendas dos produtos da linha branca, como geladeira, fogão, máquina de lavar, cresceram em torno de 5%, no primeiro trimestre fechado até março deste ano", disse o presidente da Eletros.

Em entrevista exclusiva ao EM-TEMPO, Jorge Júnior declarou que vê o cargo como uma grande oportunidade de levar a experiência que adquiriu na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e na Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) para uma discussão de política industrial nacional. "Não tem nada de novo em relação ao que trabalhamos em Manaus. O

que vai mudar é o alcance da entidade, agora com discussões mais amplas", disse.

Jorge acredita em uma indústria dinâmica, por isso o principal desafio da sua gestão será fortalecer o segmento. "Vamos procurar fazer com que os produtos fabricados cheguem até o consumidor, com qualidade, mas que realmente nossos associados tenham a sensação de que a segurança jurídica dos seus negócios esteja garantida", observou.

O superintendente da Suframa, Aplo Tolentino, disse que a nomeação de Jorge Júnior na Eletros é positiva para o Amazonas, porque ele pode ajudar a somar

para a autarquia. "É um técnico valoroso, capacitado para exercer esse cargo. Ele pode angariar simpatias ao modelo Zona Franca de Manaus, que tanto sofre ataques da mídia nacional", comentou.

Tolentino disse ainda que o

novo presidente da Eletros pode contribuir para não ter tanta resistência na adaptação e criação de Processos Produtivos Básicos (PPBs) e tirar mais a "mão de ferro" do empresariado paulista sobre a ZFM. "Ele lá é uma voz e um contraponto, que conhece a Zona Franca muito bem, e pode sair em defesa de nosso modelo" completou.

Por fabricarem bens de consumo como eletroeletrônicos, eletrodomésticos e eletroportáteis as empresas associadas à Eletros, segundo Jorge Junior, são as primeiras a sofrer os impactos de uma crise econômica. Mas com o reaquecimento da economia, como aconteceu nos primeiros meses deste ano, os produtos são os primeiros a reaquecer as suas vendas.

Preocupação

Os efeitos da greve dos caminhoneiros ainda preocupam o setor. Segundo Jorge, os custos logísticos dispararam após a implementação dos novos preços na tabela mínima do preço de frete. O presidente da Eletros disse que caso esses novos valores perdurem, eles podem tornar inviáveis negócios do setor de eletrônicos, seja da chegada de insumo ou da saída dos produtos acabados para o varejo, pelo transporte terrestre.

"Fomos impactados com valores absurdos no valor do frete. Já tivemos casos de valor de quase 100% no valor do frete a nível de Brasil, mas os maiores afetados são os Estados do Norte e Nordeste, porque o grande mercado consumidor são os Estados do Sudeste, principalmente São Paulo", explica o presidente.

Para reverter esse quadro, a entidade deve apresentar uma proposta ao governo federal, até o fim desta semana, para reequilibrar os custos dos transportes que, segundo Júnior, agora estão com valores totalmente incompatíveis com a realidade dos negócios e podem inviabilizar as operações das fábricas.



MÁRCIO MELO

Ex-funcionário da Suframa, especialista em PPBs, o administrador Jorge Júnior é o primeiro amazonense a assumir a maior entidade do setor de eletrônicos do Brasil

Fabiane Moraes

A bancada amazonense não conseguiu convencer nem o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, tampouco o secretário da Receita Federal, Jorge Antônio Deher Rachid, sobre a proposta de redução de 20% para 15% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do polo de concentrados do Estado. Após a reunião realizada ontem (5), em Brasília, parte dos parlamentares presentes saíram desmotivados e outros já avaliam ingressar com medidas no Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador Omar Aziz (PSD), por exemplo, afirmou ter observado muita "má vontade" da equipe econômica do governo federal para encontrar uma medida que minimize os efeitos do Decreto Federal 9.394, publicado na última quarta-feira (30) e que reduz os incentivos de 20% para 4%. Na prática, o decreto, que está em vigor, causará, em breve, perdas de crédito para a indústria de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus (ZFM), maior polo exportador. "Eu não sou confiante desta reunião. O ministro da Fazenda foi muito duro em tomar uma posição, e vamos ter que conversar para buscar outras alternativas", disse o senador. Para ele, abrir mão de um incentivo tão importante motivará precedentes para que esta perda alcance os polos de eletrônicos e duas rodas.

Já o senador Eduardo Braga (MDB) é enfático ao defender os direitos constitucionais da ZFM e comenta não ser viável a alteração de um benefício fiscal amparado constitucionalmente, por meio de decreto. "Isso coloca em risco mais de 70 mil empregos, que temos aqui por conta dessa insegurança jurídica", sinalizou. Ele aponta ainda que a medida "freia" a vinda e a permanência de novos investidores no Amazonas. "Estamos defendendo a intocabilidade da Zona Franca", disse.

Na avaliação do articulador do debate, o deputado federal Pauderney Avelino (DEM), que



Bancada amazonense aposta em caminho jurídico como saída, caso não haja entendimento

Bancada não convence e volta sem solução

Parlamentares aguardam novo encontro e estudo técnico do governo federal para poder sustar efeitos do decreto federal que reduziu de 20% para 4% o IPI dos concentrados

esteve presente na primeira reunião, na última sexta-feira (1º), para propor o recuo da matéria, o encontro foi "tenso" e o impasse deve ser resolvido nos próximos encontros da bancada com o governo federal. "O buscamos caminho jurídico ou do entendimento", disse. O parlamentar explica que em uma

situação judicial, haverá uma "briga", que vai se alongar por conta da ausência de uma decisão liminar, já em um acordo, as empresas continuarão gerando empregos, investindo e fazendo a economia circular – sendo para ele, a solução ideal. Para Pauderney, o decreto já produz efeitos, mas o assun-

to deve avançar com os estudos técnicos. Conforme o deputado, na reunião não foram discutidas outras alternativas, por conta de todos os parlamentares presentes desejarem salientar pontos diferentes. "Isto deverá avançar nesta semana", acrescentou.

Um enfrentamento jurídico,

na opinião da deputada Conceição Sampaio (PP), será a única saída para resguardar os direitos constitucionais da ZFM.

"A impressão é que vamos ter que recorrer ao STF, para poder continuar mantendo os empregos na região. Não queremos ter prejuízo no polo de concentrados e, assim termos uma insegurança jurídica em nosso modelo econômico", disse.

Opinião do governador

O governador Amazonino Mendes (PDT) elogiou a unanimidade da bancada em recorrer por um assunto de grande importância para o Estado e afirmou que é arriscado alterar a alíquota por meio de leis inferiores. "Desmerece por completo e faz perder o interesse pela Zona Franca. O ministro da Fazenda ficou de fazer um estudo técnico da matéria", explicou.

Em meio a novos ataques, bancada perde queda de braço com Fazenda

Com o ministro da Fazenda Eduardo Guardia mostrando ser irredutível quanto a manutenção do decreto publicado no dia 31 de maio que reduz de 20% para 4% a incidência do IPI (Imposto

sobre Importação de Produtos Industrializados) do polo de concentrados do Amazonas, encerrou-se a reunião convocada pelo senador Omar Aziz (PSD) com a bancada federal amazonense e o governador Amazonino Mendes,

que juntos buscavam reverter a situação.

Após horas de negociações na casa do presidente da Câmara Rodrigo Maia, Aziz veio por meio de vídeo em uma rede social anunciar que não houve propostas de

solução por parte do governo e afirmou ainda que não há boa vontade da Fazenda, Receita Federal e presidência. "Infelizmente não há nenhuma proposta. Não é um problema do (polo) concentrado, é um problema do modelo ZFM. Se

abrimos mão desse critério estabelecido para a ZFM (IPI de 20%), logo iremos abrir mão de outros setores", ressaltou. Aziz disse que o resultado da reunião de ontem foi diferente do que havia sido proposto na última sexta-feira.

Página A7



Foto: Divulgação

GUARANÁ

Medidas freiam otimismo do setor

A decisão do governo Temer em reduzir de 20% para 4%, a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados para a indústria de concentrados de refrigerantes da ZFM (Zona Franca de Manaus), esfriou os

ânimos do setor de guaraná em Maués. Após a recente vitória de concessão do selo do IG (Indicação Geográfica), concedido pelo Inpi ao produto do município, representantes do setor alertam sobre possíveis entraves

que medida pode trazer na produção do produto.

Para o gerente executivo do CIN-AM, Marcelo Lima, a medida provisória do governo pode assustar investidores e prejudicar produtores.

Página A5



Follow-Up
 EMPRESARIAL

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Insinuações e maledicência sob encomenda

"Todo ano os cofres da União e do estado do Amazonas despejam em média R\$ 20 bilhões na Zona Franca de Manaus sob a forma de incentivos." A sentença se deve a um escriba capixaba, colunista badalado do Sudeste brasileiro. Decididamente, mesmo entre os meios supostamente escolarizados da mídia nacional, há uma inaceitável e perversa ignorância sobre o que se passa no resto do Brasil, depois dos limites geográficos e, sobretudo, históricos, das Minas Gerais. A economia da Zona Franca de Manaus, a propósito, não recebe um centavo de Poder Público, seja federal ou estadual. Pelo contrário. A União, segundo a respeitável Faculdade de Economia e Administração da USP, abocanha em torno de 60% da riqueza aqui produzida, enquanto os estados mais ricos da federação se refestelam com 59% das receitas do BNDES. Em vez de aplicar, o Estado do Amazonas recebe, ou usufrui, em 85% da sua receita fiscal, da movimen-

tação do ICMS dos negócios que decorrem desta economia de acertos cinquentenários. A sentença capixaba não apenas ilustra a desinformação predatória mas os estragos da intriga, o aluguel do teclado, e o revanchismo de quem teme e vira as costas para um Brasil-Amazônia pródigo em respostas socioeconômicas e ambientais e ávido por integrar o sumário de sua atividade produtiva na paisagem de desenvolvimento e integração nacional.

Estória sem agá

Por que o jornalista não desposou a verdade dos fatos, buscando a autoria da fraude que denuncia? Contar a estória pela metade é retirar o H de sua veracidade na História dos fundamentos. Ou será que ninguém sabe de onde procedem "...as 3.348 empresas suspeitas de simular negócios para lucrar com isenção fiscal e utilizar até algoritmo clandestino para liberar produto da fiscalização"? Só há um caminho para elucidar a

infâmia, ou seja, relatar a origem dessa trama que movimentou R\$105,2 bilhões nos últimos 4 anos. Essa bolada não desembarcou aqui, onde trabalhamos com recursos mais modestos e aportes bem tímidos. Afinal, a contrapartida fiscal de toda a Amazônia Ocidental não passa de 8% das isenções distribuídas pelo Brasil.

Quem controla sonegação é a Receita

E se a Suframa – agência de promoção do desenvolvimento – não ocupou o lugar da Receita Federal, a quem compete vigiar, identificar e punir a sonegação, é porque foi esvaziada de seus recursos humanos. E mais: as taxas, cobradas junto às empresas para financiar seu funcionamento, alimentam outras prioridades, muitas delas obscuras, através do confisco de 80% de seus recursos. As empresas do Sudeste, de onde emana a inovação da tecnologia da fraude, são as mesmas que usufruem de generosos recursos públicos a

que nos referimos. Há um erro grave na compilação histórica da futrica em questão. A ZFM foi instalada pelo Decreto 288/67, portanto tem 51 anos. Quem fez 61 anos foi a folha fiscal de JK, com a prioridade das rodovias e generosos incentivos à indústria automobilística, condenando o país – que já teve malha ferroviária de padrão europeu – à dependência perversa do modal rodoviário.

Interessa desconstruir os acertos da ZFM

Entretanto, para os vassalos da intriga não interessa seguir o dinheiro – a Receita Federal, se consultada, sabe tudo e controla tudo – interessa desmoralizar a Zona Franca, sua contrapartida fiscal de acertos. Interessa pôr a mão nesses míseros 8% da renúncia fiscal – à luz da pobreza aqui predominante – que a Suframa utiliza para ajudar a reduzir a escandalosa desigualdade regional que diferencia o Norte/Nordeste esfarrapado do Sudeste Maravilha. Esta re-

gião próspera abocanha 50% do bolo fiscal e não presta contas ao contribuinte. A Suframa, disse o TCU, presta contas. É a única. E antes de suspender os benefícios das empresas, como pretendem os mandantes da futrica, sigamos o exemplo de jornalistas respeitáveis como Bob Woodward e Carl Bernstein do jornal Washington Post, no caso Watergate, na década de 1970. Eles seguiram o dinheiro e deram nome aos bois, a ponto de desbancar um presidente da República do Império Americano.

Sigam o dinheiro

Follow the money, senhores, sigam o dinheiro, digam quem são os promotores e beneficiários dessa malandragem. Peçam à Receita Federal o caminho da trilha original que identifica fabricantes e/ou distribuidores que iniciaram a contravenção e, à Polícia Federal a prisão dos responsáveis. Os empresários do varejo desta terra, integrantes de famílias honradas, no-

mináveis em sua reputação de brasilidade, abrem o próprio sigilo fiscal para confirmar que, mais uma vez, estamos sendo alvo da falsa engendrada para implodir a ZFM. Trata-se de mais um gesto infantil e coerente com as medidas bizarras do Planalto, na suposição de que as empresas da Indústria aqui instalada vão trocar a floresta, onde protagonizam essa harmonia maravilhosa entre economia e ecologia, para migrarem para o Sudeste, onde a cangalha fiscal é implacável. O Paraguai é mais inteligente, abrindo mão do burocratismo perdulário, da máquina pública, pesada e pestilenta, para incentivar a riqueza, o emprego, a distribuição de oportunidades como a ZFM busca fazer ao oferecer para o Brasil produtos de qualidade com geração de mais de 2 milhões de postos de trabalho em toda a cadeia produtiva nacional. Por fim, está na hora de conhecer os fatos com coragem, para não dizer bobagem sobre o que não se viu.

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br



Registro de Indicação Geográfica ao produto de Maués anima setor, mas medida de Temer afeta otimismo

Guaraná afetado por decreto anti-ZFM

ANTONIO PARENTE
aparente@cam.com.br

A decisão do governo Temer em reduzir de 20% para 4%, a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para a indústria de concentrados de refrigerantes da ZFM (Zona Franca de Manaus), esfriou os ânimos do setor de guaraná em Maués. Após a recente vitória de concessão do selo de IG (Indicação Geográfica), concedido pelo Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) ao produto do município, representantes do setor alertam sobre possíveis entraves que medida pode trazer na produção do produto.

Para o gerente executivo do CIN-AM (Centro Internacional de Negócios do Amazonas), Marcelo Lima, apesar do reconhecimento de boa procedência do guaraná, a medida provisória do governo federal publicada no último dia (30), pelo decreto presidencial 9.394, pode assustar investidores e prejudicar produtores de abrir novos nichos de mercado.

"Para balança comercial internacional e nacional a curto prazo não representa nada, tudo vai depender das empresas. E com essa decisão do governo que queria aliviar o impacto do diesel reduzindo o IPI da indústria de concentrados, pode tornar o guaraná um produto não competitivo para o mercado, e consequentemente afetar a produção no município de Maués impedindo novos investimentos", disse.

Lima destacou, que no momento, o guaraná de Maués só abastece o mercado nacional, devido as empresas não estarem dispostas a exportar o concentrado. E explicou, que apesar da decisão equivocada do governo de fazer outro setor da economia pagar o prejuízo dos altos preços do diesel, a expansão de consumo de refrigerantes tem motivado o setor a produzir cada vez mais, gerando empre-



Produção ainda enfrenta limitações tecnológicas

go e renda para o Estado. "No momento apenas uma pouca quantidade de guaraná em pó é exportada para a Ásia. Mas, com o aumento do consumo de refrigerantes, o produto passa a ter um incentivo a mais para produzir, e sua venda garante mais emprego e renda para o município. Se houver o aumento das áreas plantadas surge a necessidade de adquirir mais mão de obra", ressaltou.

Adequação dos produtores

Outra preocupação do setor é quanto a preparação dos produtores da região para se adequar aos requisitos do selo. Segundo o presidente da Associação dos Produtores de Guaraná de Maués, Vivaldo Pereira Corrêa, dos 150 produtores do município, apenas 10 possuem equipamento e estruturas para cumprir os requisitos básico do selo. "No momento todos os produtores estão em processo de readequação às normas do selo de indicação geográfica. As pessoas precisam se regulamentar para ser beneficiada pelo selo e ser um produtor de qualidade. Estamos fazendo palestras para orientar os produtores para que eles saibam aproveitar o benefício. O Sebrae-AM e a prefeitura estão ajudando nesse processo fazendo cursos de capacitação", afirmou.

O Sebrae-AM (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas) investiu cerca de R\$ 500 mil em recursos para a estruturação e atividades voltadas a IG do Guaraná da cidade, como forma de investir como ferramenta inteligente de valorização de mercados para o pequeno negócio. Segundo a analista técnica do Sebrae-AM, Luane Maria Ribeiro Pedreno, houve todo um processo de estudo no Amazonas, de quais produtos poderiam adquirir o selo de IG. E destacou, que a concessão do reconhecimento vai agregar valor ao produto possibilitando aos produtores estabelecer um diferencial entre os concorrentes, para alavancar o setor no Estado.

"A importância do selo é incalculável para o município de Maués porque atualmente ele ficou muito desvalorizado. O pequeno produtor sofre muito com os preços baixos do guaraná. O objetivo é colocar em prática os requisitos do selo e agregar valor ao produto com mais qualidade. Porque o guaraná que você encontra em Maués não é encontrado em nenhum lugar do mundo. Por isso conseguimos provar por meio de estudos científicos e análises, que o guaraná de Maués é de fato diferenciado", disse.

Modelo ZFM sofre ataques e Fazenda se mostra irredutível na redução do IPI de concentrados

Bancada perde queda de braço com Fazenda

ARTUR MAMEDE
amamede@cam.com.br

Com o ministro da Fazenda Eduardo Guardia mostrando ser irredutível quanto a manutenção do decreto publicado no dia 31 de maio que reduz de 20% para 4% a incidência do IPI (Imposto sobre Importação de Produtos Industrializados) do polo de concentrados do Amazonas, encerrou-se a reunião convocada pelo senador Omar Aziz (PSD) com a bancada federal amazonense e o governador Amazonino Mendes, que juntos buscavam reverter a situação.

Após horas de negociações na casa do presidente da Câmara Rodrigo Maia, Aziz veio por meio de vídeo em uma rede social anunciar que não houve propostas de solução

por parte do governo e afirmou ainda que não há boa vontade da Fazenda, Receita Federal e presidência. "Infelizmente não há nenhuma proposta. Não é um problema do (polo) concentrado, é um problema do modelo ZFM. Se abrimos mão desse critério estabelecido para a ZFM (IPI de 20%), logo iremos abrir mão de outros setores", ressaltou.

Aziz comentou que o resultado da reunião de ontem foi diferente do que havia sido proposto na última sexta-feira, quando a bancada se reuniu em teleconferência com o presidente Michel Temer. "O que foi acertado na

sexta-feira hoje teve um resultado totalmente diferente. Vamos continuar reunindo a bancada e continuar trabalhando, hoje não avançamos absolutamente nada pois o governo não tinha nenhuma proposta, infelizmente essa é a realidade", fechou.

Participaram da reunião de ontem, ocorrida na casa do presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), além de Amazonino Mendes e Aziz, os senadores Alfredo Nascimento (PR), Eduardo Braga (MDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) e os deputados federais Átila Lins (PP), Conceição Sampaio (PSDB), Gedeão Amorim (MDB), Hissa Abrahão (PDT), Pauderney Avelino (DEM) e Silas Câmara (PRB).

Primeiras articulações

As articulações para barrar o decreto iniciaram ainda na semana passada quando Amazonino

Mendes anunciou a preparação de uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), contra a medida provisória. Na sexta-feira (1º) Mendes se reuniu com Temer e disse que o presidente estava "sensível" ao caso. No mesmo dia, uma reunião da bancada foi realizada com a presença virtual do presidente.

Na Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas) o deputado Dermilson Chagas (PP) apresentou na terça-feira, uma indicação ao presidente para que seja revogado o decreto. "O Amazonas, por meio de seus legítimos representantes, deve mobilizar



Reunião da bancada amazonense terminou sem solução

toda a sua bancada federal em Brasília, seus deputados estaduais, prefeitos, vereadores, enfim toda a sociedade civil organizada, constituindo uma frente ampla na qual todos devem estar unidos em restabelecer o diálogo para evitar essa tragédia anunciada pelo governo federal", finalizou.

A OAB-AM (Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Amazonas) também anunciou requerer junto ao CFOAB (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) a proposta de ajuizamento de Adin. Em nota de repúdio contra o decreto, a entidade disse que em conjunto

a sua Comissão da Zona Franca de Manaus "tomarão todas as providências para que o assunto seja debatido internamente e submetido com a urgência que o caso requer".

Demais setores afetados

Segundo o vice-presidente da

Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) Nelson Azevedo, a guerra fiscal, e os lobbies que a reforçam, é alimentada visão distorcida de que o Amazonas é um paraíso fiscal. "Uma parte tão pequena da isenção é realizada no Amazonas, então porque somos nós os penalizados? Vejo isso como um modo de espantar daqui os investidores que enxergavam nos benefícios fiscais do PIM um porto seguro de investimentos", ressaltou.

Como efeito dos ataques à ZFM, a falta de investimentos em diversos setores, incluindo comércio e serviços, pode ser percebido diz o presidente da assembleia geral da ACA (Associação Comercial do Amazonas) Ismael Bicharra. "Conseguimos a prorrogação para mais 50 anos, mas quem estará aqui em 50 anos com a fuga dos investidores? A reunião é de suma importância para que se mostre engajamento do Amazonas em defender o que é constitucional", comentou.

Ataques, oportunismo e má-fé

Na edição de terça-feira, o jornalista de O Globo, José Casado assinou um artigo intitulado "Uma fraude amazônica". No artigo Casado aponta como sede de um esquema fraudulento o endereço Distrito Industrial, CEP 69075-830, Manaus, sendo esse o endereço da sede da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus). A reunião das bancadas não foi esquecida no artigo. "Do MDB ao PCdoB apela-se pela socialização dos custos da política de redução dos preços dos combustíveis em plena crise orçamentária (o Amazonas mantém

25% de ICMS sobre a gasolina). Mas, hoje à tarde, parlamentares amazonenses recorrem a Michel Temer para suplicar pela manutenção da bilionária dívida fiscal à Zona Franca de Manaus". Em um ataque final, Casado apontou o suposto esquema como "parte da paisagem de fraudes na Zona Franca de Manaus". A torrente de eventos (greves, decretos e ataques) são comuns às vésperas das eleições, critica o cientista político Breno Mesias Braga. "O assédio à ZFM é muito comum em vésperas de eleições presidenciais, pois o presidente consegue chanta-

gear a bancada do Amazonas a fim de arregimentá-la. Ou seja, apoiar candidaturas alternativas a agenda presidencial implicaria punições à bancada que, por sua vez, sofreria punições eleitorais. A enorme dependência do modelo é um dos entraves institucionais sérios que eleição após eleição tenta transformar o modelo no bode expiatório", comentou.

"Este ciclo vicioso pautado na incerteza e indefinições produz efeitos favoráveis ao presidente da República que virtualmente sai como garantidor e defensor do modelo. Ninguém,

em sua consciência, vai destruir essa galinha dos ovos de ouro", encerrou Braga.

Esses ataques são antigos e recorrentes, segundo o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas) Francisco Mourão Júnior. "Não há fundamentação nas acusações de fraude, desde o governo Collor na década de 1990, qualquer produto que entre ou saia da ZFM é rigorosamente fiscalizado, daí a obrigatoriedade dos PPBs (processos produtivos básicos), um mecanismo que sofre ataques de vários outros Estados", explica.

IBGE e Suframa debatem Contas Regionais dos Estados da região Norte no auditório da autarquia

Falta de integração limita coleta de dados

EVALDO FERREIRA
eferreira@cam.com.br

Em evento iniciado no dia de ontem (5), e que segue até o dia 8, no auditório da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), a autarquia sedia mais uma edição do 'Encontro de Contas Regionais dos Estados da Região Norte', em parceria com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Este ano, o encontro tem por objetivo debater 'O futuro das estatísticas oficiais e os registros

"Defendo que o IBGE deveria trabalhar de forma coordenada com outras instituições", diz Olinto

administrativos', temática que deve possibilitar a discussão dos novos desafios inerentes ao Projeto de Elaboração das Contas Regionais do Brasil, a partir da identificação de metodologias para aplicação dos dados dos documentos fiscais eletrônicos e demais registros administrativos em pesquisas e procedimentos ligados à elaboração dos produtos de estatísticas oficiais.

"Com relação ao futuro das estatísticas oficiais, o que posso dizer é que o aumento na velo-



Presidente do IBGE, Roberto Olinto, criticou a existência de feudos de informação

cidade da informação é sempre crescente. Hoje, a capacidade de armazenamento de informações não é mais um problema, e a cada hora surgem mais novidades", falou Roberto Luis Olinto Ramos, presidente do IBGE. "A metodologia tem avançado, bem como as técnicas de amostragem e coleta de dados. O censo agropecuário, encerrado recentemente, já está totalmente digitalizado. O DMC (Dispositivo Móvel de Coleta) possui todo o questionário e, à medida que o recenseador vai preen-

chendo as respostas, elas são transmitidas para uma central e tabuladas imediatamente, com os resultados saindo na hora e podendo ser reajustados a todo instante", revelou. "Tem ainda o Paradoxo, que acompanha o recenseador onde ele estiver, sinalizando o que está fazendo, o que melhora a qualidade do trabalho", falou o presidente.

"Hoje se fala que a decisão tem que ser tomada pelos fatos, e esses fatos têm que ser críveis. Por sua vez, o papel de uma instituição de estatística, numa

democracia, é passar as informações o mais claramente possível para a população, para que todos as entendam", ensinou.

Feudos da informação

"Infelizmente o Brasil possui vários feudos com informações. As instituições se prendem às informações e não as querem compartilhar. Um exemplo é a Sefaz, que possui um tipo de cadastro que interessa ao IBGE, e dispor disso não significa expor a privacidade de ninguém, porém, temos que implorar para

que a instituição compartilhe esses cadastros", reclamou. "Um exemplo de desperdício de dinheiro público é o da Receita Federal solicitar determinadas informações das empresas e depois o IBGE, sem falar de outras instituições, pedirem as mesmas informações. Por que tudo isso não é centralizado e o acesso liberado a essas instituições?", indagou.

"Sempre defendi que o IBGE deveria trabalhar de forma coordenada com outras instituições, como essa parceria que estamos tendo com a Suframa, e funcionando muito bem. O que posso afirmar é que nesses últimos 20 anos tem havido muitas mudanças, e mudanças para melhor. Firmamos parcerias com os Es-

tados e esse é o modelo ideal para se ter informações sobre o país. Internacionalmente é esse tipo de modelo de parceria que se discute, não só nacionalmente, mas regionalmente", completou.

Appio Tolentino, superintendente da Suframa, concordou com Roberto Olinto. "Com base nas informações já levantadas e analisadas pelas equipes da Suframa e do IBGE será possível realizar diversos diagnósticos, como quantificar o valor bruto da produção, o consumo intermediário, a adição de valor e outras variáveis macroeconômicas relacionadas à economia regional, cujos resultados servem para subsidiar as políticas setoriais para o desenvolvimento de cada Estado".

Pesquisas em franca expansão

Como o evento de ontem reunia os Estados da região Norte, respondendo ao *Jornal do Commercio*, Roberto Ramos disse que "a Amazônia é sempre um desafio pelas distâncias e comunidades esparsas onde só podemos chegar de barcos ou voadeiras. Para o Censo Agropecuário, entre os yanomami, tivemos a parceria com a Funai, que nos apoia com a ida a todas as comunidades indígenas, como aconteceu, também, no Mato Grosso. A tecnologia ajuda muito, mas não resolve em muitas situações", revelou.

Especificamente sobre o Amazonas, José Idelson, chefe do IBGE no Estado, disse que "não estamos com nenhuma pesquisa em atraso.

Recentemente encerramos o Censo Agropecuário e agora estamos na fase de críticas, onde detalhamos as mínimas informações. Ainda em junho esse censo estará encerrado. Estamos em campo com a Pesquisa de Orçamento Familiar, cujos resultados são essenciais para dar subsídios ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor-Amplo). Em outubro começa uma pesquisa nova, a PNS (Pesquisa Nacional de Saúde). Sobre o Censo Demográfico, o qual a maioria das pessoas acha que é o único que fazemos, só acontecerá em 2020, pois ele é feito de dez em dez anos e o último foi realizado em 2010. Resumindo, o IBGE nunca para de fazer pesquisas", garantiu.